

Protocolos

Alojamento estudantil reforçado com 4500 camas



Joana Amorim

Acordos com hotéis e alojamentos locais reforçam oferta após perda de 15% dos lugares em residências. Valores entre os 219€ e 285€. Camas garantidas até 15 de julho.

O Governo, através da Direção-Geral do Ensino Superior (DGES), vai assinar protocolos de colaboração com cinco associações representativas da hotelaria e alojamento local e com a Movijovem (pousadas da juventude) para colocar no mercado mais 4500 camas. As mensalidades variam entre os 219 e os 285 euros.

A tutela responde, assim, à perda de 15% de camas em residências - agora num total de 12 855 - na sequência das regras de distanciamento determinadas pela Direção-Geral da Saúde (DGS). As estimativas do Ministério do Ensino Superior apontam, então, para 18 455 camas, das quais 4500 chegam por via daqueles protocolos e outras 1100 através de acordos com instituições privadas e autarquias.

Ao JN, o secretário de Estado do Ensino Superior explica que, além de obrigados a cumprir as normas da DGS, os parceiros, "ao alugarem uma cama a um estudante, têm

de a garantir até 15 de julho". Em contrapartida, avança Sobrinho Teixeira, a unidade assegura "o adiantamento de dois meses".

A verba em questão será adiantada pela DGES ao estudante bolseiro deslocado por via do complemento de alojamento, que foi reforçado neste ano. O valor mais alto aplica-se aos concelhos de Lisboa, Oeiras e Cascais, com o complemento a chegar aos 285€.

Valor fixado nos 263€ para Porto, Amadora, Almada, Odivelas e Matosinhos; e nos 241€ para Funchal, Portimão, Vila Nova de Gaia, Barreiro, Faro, Setúbal, Maia, Coimbra, Aveiro e Braga. Em todos os restantes aplicam-se 219€. O complemento, explique-se, é dado ao bolseiro quando este não encontra lugar em residências universitárias.

Quer isto dizer que, consoante os concelhos, "o hotel ou a unidade de alojamento local só pode cobrar o valor do complemento, que inclui 25 euros para custos de emergência", adianta o governante. Para Sobrinho Teixeira esta é também "uma forma muito eficiente de ajudar a crise económica no Turismo".

A alocação de camas dependerá agora da disponibilização de lugares pelos associados, sendo certo, frisa ao JN o ministro Manuel Heitor, que "a maioria das camas é para Lisboa e Porto, onde há mais falta e onde há mais procura" (ler ao lado). A tutela assina nesta segunda-feira três protocolos - dois no Porto e um em Vila Real - e na terça-feira outros dois, em Lisboa.

A libertação de camas por unidades hoteleiras e de alojamento local foi, assim, a forma encontrada para contrabalançar a perda de 2218 lugares em residências devido ao necessário distanciamento de dois metros, num parque em que 58% dos quartos são duplos.

Aplicadas as regras da DGS, a Universidade de Lisboa perdeu 419 camas e a do Porto 145. Já em termos percentuais, a quebra maior, nas universidades, registou-se nos Açores (-44%) e em Trás-os-Montes e Alto Douro (-33%), sendo que 70% dos alunos da UTAD são deslocados e 38% bolseiros. Nos politécnicos, Castelo Branco e Coimbra viram a oferta cair para metade.